

Religião, relações sociais e poder — a Misericórdia de F. no seu espaço social e religioso (séculos XIX-XX)*

É o Logos divino quem, ao manter-se acima e em todas as coisas, ao mesmo tempo visível e invisível, é o Senhor do universo. É dele e por seu intermédio que o imperador, o bem-amado de Deus, recebe e reveste a imagem da sua realeza suprema, e assim governa e mantém nas suas mãos, à imagem do seu Senhor, o leme de todas as coisas deste mundo...

Eusébio de Cesareia, *Triakoutaerikos* (discurso em honra do imperador Constantino em Claude Lepelley, *L'empire romain et le christianisme*, Paris, Flammarion, col. «Questions d'histoire», 1969, pp. 104-105).

Amai, pois, os vossos inimigos; fazei bem e emprestai, sem daí esperades nada; e será grande a vossa recompensa, e sereis filhos do Altíssimo, que é bom para os ingratos e os maus. Sede, pois, misericordiosos, como também vosso Pai é misericordioso. Não julgueis, e não sereis julgados; não condeneis, e não sereis condenados. Perdoai, e sereis perdoados. Dai, e dar-se-vos-á.

Excerto do Evangelho de Jesus Cristo segundo São Lucas.

1. Todos os anos, quando o Inverno acaba e se inicia a Primavera, celebram-se, no mundo cristão, as festividades comemorativas da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. Elas são, conjuntamente com o Natal, momento do seu nascimento, um ponto culminante do calendário litúrgico, intimamente imbricado com festividades que outrora, sobretudo, marcavam as mudanças no ciclo vegetativo, agrícola, em torno do qual se organiza a vida social das colectividades rurais¹.

* Este artigo é uma versão revista e ampliada de uma comunicação apresentada ao «Encontro sobre Portugal», organizado pelo International Conference Group on Modern Portugal (Durham, NH, EUA, de 21 a 24 de Outubro de 1989).

A pesquisa que está na sua base foi realizada no âmbito do projecto «Produção e reprodução da sociedade-família, propriedade, estrutura social numa freguesia rural da Beira», financiado pelo ICS e pelo INIC.

Recorreu-se à designação da freguesia por F. por dois motivos. Em primeiro lugar, por o objectivo ser não analisar um fenómeno particular, mas encontrar nele sentidos que permitam uma generalização. Em segundo, por razões de natureza ética. Muito embora fosse do conhecimento dos habitantes de F. que o autor estava ali para estudar a freguesia, muita da informação foi obtida em contextos onde não havia consciência das implicações da mesma por parte de quem estava a desempenhar o papel de informante. A ocultação da identidade real dos objectos da análise é um procedimento usual em antropologia social, sendo corrente, em vez do uso de uma abreviatura, o de nomes fictícios. Com uma única excepção, as iniciais de nomes são as verdadeiras.

¹ Cf. Luis Maldonado, «La Religiosidad Popular», e Manuel Mandianes Castro, «Caracterización de la religión popular», in C. Alvarez Santaló, María Jesús Buxó e S. Rodríguez Becerra (coords.), *La Religiosidad Popular*, vol. 1: *Antropología e historia*, Barcelona e Sevilha, Edi-

Nos países católicos, as comemorações da Semana Santa, momento culminante do período de abstinência purificadora — no passado, muito mais rígido — que é a Quaresma, incluem diversas celebrações. Entre as datas festivas dos domingos de Ramos e de Páscoa — a primeira celebrando a entrada triunfal de Cristo em Jerusalém, a segunda, a sua Ressurreição —, e em nítido contraste com elas, situam-se os dias de dor do ciclo da Paixão: a Quinta-Feira Santa, em que se recorda a Última Ceia, a Sexta-Feira (*de Trevas*), quando se lembra o seu martírio. Todas estas cerimónias constituem, no seu conjunto, representações de tópicos fundamentais da doutrina cristã. Por um lado, vinculam a humanidade de Cristo, submetido às angústias, tormentos e morte de todos os homens, de quem é irmão. Por outro, sublinham o seu carácter divino, pois ele ressuscita, em corpo e alma. A Paixão e a Ressurreição são momentos altos daquilo que significa para os cristãos a vinda de Deus feito homem, Cristo: a renovação, através de uma vida e de um sacrifício exemplares, da promessa de salvação garantida pelo respeito para com os ensinamentos do Antigo e do Novo Testamento².

Em Portugal, como em todo o mundo católico, a Igreja e a piedade popular fazem da Semana Santa um momento fulcral do calendário litúrgico. Morte expiadora de Cristo e renascimento por amor aos homens, transformou-se para os crentes e para a instituição eclesiástica na ocasião por excelência, em que o católico se submete obrigatoriamente a rituais de penitência e purificação: a confissão dos pecados e a comunhão que o faz participar da natureza divina de Cristo.

As comemorações da Semana Santa são rituais públicos com uma activa participação. Na freguesia de F., em particular, estas efemérides são as mais importantes das que pontuam o ano litúrgico e que incluem quer os ciclos cristológico e mariano, quer as festas de diversos santos, que são objecto do culto popular. Essa importância deriva, como é óbvio, do relevo que estas celebrações têm na religião cristã. Mas não só. Provém também de elas serem promovidas por uma organização específica, multicentrária, que de há muito é a principal instituição social local: a Santa Casa da Misericórdia.

As cerimónias são constituídas por missas e diversos rituais evocativos dos últimos dias de Jesus — entre os quais figura a instituição da eucaristia, lembrada na quinta-feira, que permite aos homens comungar em Cristo, rito fundamental no cristianismo — e finalizam com procissões. Estas percorrem um itinerário que, através da zona antiga da aldeia sede da freguesia, conduz da igreja da Misericórdia, pelos largos mais importantes da mesma,

torial Anthropos/Fundación Machado, 1989, pp. 30-43 e 44-54, respectivamente. A relação entre a Semana Santa e os ciclos cósmico e vegetativo com celebrações anteriores à cristianização é especialmente focada no segundo artigo, pp. 38-41. A morte de Cristo, ritualmente evocada nestas cerimónias, aparece como um acto de regeneração universal — sendo o Gólgota, lugar da sua crucificação, apresentado muitas vezes como o lugar da criação e a sepultura do primeiro dos homens, Adão — comum em múltiplas culturas. Cf. Maurice Bloch e Jonathan Parry, «Introduction» in (os mesmos editores), *Death and the regeneration of life*, Cambridge, CUP, 1982, pp. 9-15.

² Sobre os diversos significados expiatórios e soteriológicos da Encarnação de Cristo — numa perspectiva comparada entre várias religiões da salvação —, único meio de preencher o abismo entre Deus e os homens, através da humanização do primeiro, ver as páginas fundamentais de Max Weber em (ed. castelhana) *Economía y Sociedad*, «V. Tipos de Comunidad Religiosa (Sociología de la Religión)», México, Fondo de Cultura Económica, 1979, pp. 439 e segs. (1.^a ed. alemã, 1922).

à igreja Matriz, com posterior regresso. As procissões não são idênticas. A de quinta-feira é precedida por um grupo de jovens que ocupam uma posição liminar, ou seja, são uma parte integrante do cortejo, mas encontram-se separados completamente da massa dos fiéis. Esta separação é reforçada pelo contraste em termos comportamentais. Ao comportamento alegre, irreverente, jocoso e provocador dos jovens, simbolizando os Judeus, que agitam recipientes com brasas acesas — os «fogaréus» — e fazem soar cadeias de ferro no chão, contrapõe-se o ar solene, triste e algo dolorido dos restantes participantes no cerimonial, que os seguem. Na de sexta, a do enterro de Cristo, a exibição de dor é geral (o aspecto fulcral da cerimónia é o encontro entre mãe e filho)³.

Nestas cerimónias são figuras dominantes os membros da irmandade da Misericórdia, embora a outra confraria da freguesia, a do Santíssimo Sacramento, tenha uma parte, reduzida, no ritual — é ela que acompanha Maria ao encontro do seu filho, na sexta-feira. Diga-se de passagem que, enquanto a irmandade da Misericórdia, que é a mais importante, apenas organiza estas procissões, as do dia de Todos os Santos e os festejos em louvor de Santa Eufémia, a do Santíssimo Sacramento toma parte em todas as outras festividades religiosas locais.

As missas e outros actos têm lugar na igreja da Misericórdia, com a presença, em lugar de destaque — nos coros que se erguem de ambos os lados sobre o altar-mor — dos membros dirigentes da mesma e respectivas famílias. As procissões, por sua vez, revelam uma dupla divisão. Uma, expressa de um modo formal, é a que separa os membros da confraria, que encabeçam a procissão envergando o seu traje próprio, dos restantes fiéis, colocados na sua cauda, depois do pálido sob o qual segue o Santíssimo (Cristo) segurado pelo sacerdote. A outra, como se verá, muito significativa para os participantes no cerimonial, é a que separa os detentores de cargos da confraria — o provedor (com os seus filhos, também irmãos), os outros mesários — e irmãos influentes dos restantes membros. O provedor tem uma posição central, tal como o sacerdote, na procissão. Os dirigentes da Misericórdia ocupam lugares de destaque, cabendo-lhes o porte de insígnias de prestígio: a cruz processional e as varas do pálido, em particular⁴.

³ Muito haveria a dizer, mas não neste contexto, sobre o significado destes rituais, e em especial desta oposição judeus/cristãos, que é também a dos jovens/adultos no interior deste universo local. Ver sobre fenómenos idênticos Julio Caro Baroja, *El Carnaval*, Madrid, Taurus, 1979, 2.^a ed., p. 143.

⁴ O itinerário das procissões passa também pelos três mais antigos solares de F., que de algum modo o balizam imperfeitamente, como vértices de um triângulo espacial. Há como que uma osmose entre o espaço sagrado das igrejas e da procissão e o espaço senhorial antigo. O uso das confrarias e das procissões e outros actos de culto como modo de afirmar o poder e a supremacia social é generalizado e tem sido sublinhado por diversos autores. Ver, entre outros, e por constituírem exemplos próximos ao caso aqui relatado, os estudos feitos sobre a Andaluzia por Henk Driessen — «'Elite' versus 'Popular' Religion? The Politics of Religion in Rural Andalusia, an Antrohistorical Perspective», in *La Religiosidad Popular*, vol. 1, pp. 82-104, e, no vol. 3 da mesma obra, *Hermandades, Romerías e Santuarios*, o estudo de Javier Escalera Reyes, «Hermandades, Religión Oficial y Poder en Andalucía», pp. 458-470. No caso do Brasil cf. Alba Zaluar, *Os Homens de Deus — Um Estudo dos Santos e das Festas no Catolicismo Popular*, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

Demonstrações de deferência da parte das autoridades eclesiásticas para com a *élite* rural e a presença desta última em actividades religiosas são referidas para Portugal por vários auto-

2. Este relacionamento entre a religião e a estrutura social, que aqui se evoca, reflecte uma história mais ampla, que é, no caso do cristianismo, a da sociedade europeia dos quase dois últimos milénios, bem como a das suas antigas colónias, onde a sua influência se afirmou de um modo decisivo. De religião perseguida a credo triunfante nas sociedades submetidas ao poder imperial romano, a religião cristã, ao impor-se nas sociedades ditas bárbaras, acabou por marcá-las nos mais diversos aspectos da sua existência. A transformação em escrita das diversas línguas ocidentais, a transmissão do saber antigo, a ideia de Estado, a conceptualização das relações sociais e a própria reprodução biológica e social revelam a marca da acção das igrejas cristãs, oriental e ocidental⁵. Foi o relevo tomado pela religião cristã e pelas instituições que a propagavam que a converteu, sobretudo a partir do iluminismo, em objecto de análise. Para nos restringirmos apenas a alguns dos autores que estabeleceram as tradições do pensamento social hoje dominantes — sem dúvida os mais influentes, Durkheim, Marx e Max Weber —, encontramos a reflexão sobre a religião como um tópico dos seus escritos. Para Durkheim, a religião, mais do que um simples facto social, era a sublimação da sociedade. Era ela que, *sacralizando* uma determinada ordem de relações entre os humanos, permitia a existência de uma comunidade moral perpetuando-se no tempo e em cuja reprodução o ritual tinha um papel fulcral⁶. Representação da sociedade, a religião é também, para Durkheim, a matriz de instituições modernas, como a ciência e o direito, e de categorias cognitivas fundamentais, como as noções de espaço e de tempo, entre outras⁷.

Enquanto Durkheim fala da sociedade como uma comunidade sem contradições de estrutura, desvalorizando o conflito, quer Marx, quer Weber, partem de uma concepção distinta. A religião não é um objecto de relevo no pensamento de Marx, que a concebe como um produto humano que, através de um processo de alienação, acaba por aparecer desligado da vida do

res, entre os quais João Ferreira de Almeida — *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, ed. do ICS da UL, 1986, pp. 320-336, e «Párocos, agricultores e a cidade: dimensões da religiosidade rural», in *Análise Social*, vol. xxiii, 1987, 2.º, pp. 229-240 — e Manuel Carlos Silva e Marga Van Toor, «Camponeses e patronos numa aldeia minhota», in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 7, 1988, pp. 51-80.

⁵ Sobre o modo como decorre o relacionamento entre o Império Romano e o cristianismo, até à adopção do último como religião oficial, ver Claude Lepelley, *L'empire romain et le christianisme*, Paris, Flammarion, col. «Questions d'histoire», 1969. Os efeitos de tal processo, que nesta conjuntura já aparecem delineados, são tratados, para apenas referir trabalhos recentes, em obras como a de Georges Duby — *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*, Paris, Gallimard, 1978 —, que refere o papel da doutrinação eclesiástica na difusão de uma ideologia social tripartida — clérigos, guerreiros, camponeses (povo) — que legitimava a dominação da última das «ordens» pelas primeiras e que apenas foi posta definitivamente em causa no século xviii. A Igreja, aliás, terá intervindo decisivamente no processo de reprodução social no Ocidente europeu. Cf. Jack Goody, *The development of the family and marriage in Europe*, Cambridge, CUP, 1983. A inserção da religião no processo de reprodução do campesinato tem sido a preocupação de diversos trabalhos, no caso português, de Raul Iturra — cf., entre outros, «A religião como teoria da reprodução social», in *Ler História*, n.º 15, pp. 95-110.

⁶ Émile Durkheim, *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, PUF, 1985, 7.ª ed. Ver nomeadamente da p. 1 à 122 e da 593 à 638. Sobre o posicionamento de Durkheim em relação ao fenómeno religioso e a influência da sua teorização na antropologia social ver Brian Morris, *Anthropological Studies of Religion — an introduction*, Cambridge, CUP, 1983, 3.ª ed., pp. 106-140. Cf. também E. E. Evans-Pritchard (trad. brasileira), *Antropologia Social da Religião*, Rio de Janeiro, ed. Campus, 1978, pp. 71-109.

⁷ Durkheim, *op. cit.*, pp. 23 e segs.

seu produtor, submetendo-o aos seus ditames. Esta abordagem materialista envolve também uma apreciação quer da relação entre Estado, dominação de classe e legitimação da mesma através da religião, quer da relação entre esta última e as esperanças dos dominados: prometendo-lhes a salvação para um além, afastá-los-á da conquista da felicidade na Terra, será, na frase de todos conhecida, *o ópio do povo*⁸. Note-se, entretanto, que a tradição marxista comporta outras abordagens do papel da religião, em que esta aparece como fundamento de revolta⁹.

A contribuição de Weber ao estudo da religião possui grandes afinidades com as referências de Marx ao fenómeno religioso. Parte, também ele, de uma concepção da sociedade como um agregado conflitivo, mas não a vê como o resultado de um processo de luta de classes, na acepção marxista do termo. A relação entre a sociedade e a religião é pensada por ele no quadro amplo de uma sociologia histórica das religiões, onde o estudo dos ensinamentos das mesmas, das suas finalidades, das figuras ou camadas produtoras de ensinamento religioso — profetas, intelectuais... —, das transformações induzidas pela institucionalização, pelo processo de racionalização da crença, têm o seu lugar¹⁰. No entanto, a sua sociologia da religião, atenta à relação intrínseca entre a ordem (racional) no Céu com a ordem (racional) na Terra, patente nos grandes sistemas religiosos, e a sua preocupação com os problemas da legitimação social aproximam-no, neste domínio, de Marx¹¹. Weber, no entanto, mesmo no campo mais restrito das relações entre religião e sistemas de dominação, instituições e grupos sociais, como através da própria noção de *habitus* religioso, foi muito mais longe¹².

⁸ Vale a pena reconstituir o contexto imediato desta citação de Marx, na medida em que ela assinala, de acordo com Morris — *op. cit.* —, uma dimensão existencial na apreciação por Marx da religião, muito embora, para este, ela fosse um produto alienatório e uma felicidade *ilusória* (em relação à real felicidade na Terra que a profecia comunista se propunha realizar): «A miséria religiosa é, ao mesmo tempo, a expressão da miséria real e o protesto contra esta. A religião é o suspiro da criatura acabrunhada, a alma dum mundo sem coração, do mesmo modo que é o espírito dum tempo em que não há espírito. É o *ópio do povo*» [Karl Marx, *Pour une critique de la philosophie du droit de Hegel*, em K. M., *Œuvres*, t. III, Gallimard/Pléiade, 1982, p. 383 (ed. Maximilien Rubel)]. A religião é abordada fragmentariamente em outras obras de Marx. Ver extractos das suas análises sobre o tema em Jon Elster, *Karl Marx — a Reader*, Cambridge, CUP, 1986, e Brian Morris, *op. cit.*, pp. 23-50.

⁹ Embora, na literatura marxista, a religião apareça sobretudo concebida como ideologia legitimadora da dominação social (e as igrejas como aliadas das classes dominantes), ela também foi vista como expressão de protesto e de revolta. Ver as análises de Engels na *Guerra dos Camponeses na Alemanha*, ou a atenção dada aos messianismos revolucionários por um Eric Hobsbawm. Cf. igualmente, a este respeito, Brian Morris, *op. cit.*, pp. 48-50.

¹⁰ Cf. Max Weber, *op. cit.*, pp. 376-411. Sublinhe-se que as classes, juntamente com os grupos de *status*, são postos em correlação com atitudes diferenciadas no plano religioso por Weber. Ver, por exemplo, o modo como concebe a atracção pela redenção como mais forte por parte dos mais pobres e mais longínqua por parte dos privilegiados (Max Weber, *op. cit.*, pp. 389-390).

¹¹ Weber: «Acima de tudo, foi a já mencionada relação de uma regularidade racional das estrelas no seu curso celeste, tal como regulada pela ordem divina, com a ordem social sagrada e inviolável nos assuntos terrestres que tornou os deuses universais os guardiões responsáveis de ambos estes fenómenos» (cf. Max Weber, cit. por Brian Morris, *op. cit.*, p. 71).

¹² A imensa riqueza da teorização sociológica de Weber sobre a religião, um tema central das suas análises muito mais amplo do que as problemáticas assinaladas, desencoraja qualquer tentativa de se fazer aqui uma síntese da sua produção. Remete-se, assim, para a sua obra e para uma apreciação das suas relações com Marx e também Durkheim, para Morris, *op. cit.*, pp. 87-90, e para Anthony Giddens, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1989, pp. 450-480. O mesmo se diga do contributo de Durkheim e, em menor grau, do de Marx.

Estes curtos e necessariamente simplificadores parágrafos sobre estes autores destinam-se apenas a indicar as bases muito gerais em que assenta, as mais das vezes implicitamente, a análise a que se procede de uma instituição — e, muito parcialmente, de rituais — no seu lugar social, enquanto fonte e espelho de poder e no âmbito de uma temporalidade definida. Aliás, as suas abordagens, devido à influência que exerceram sobre a percepção do fenómeno religioso, são uma parte indissociável da sua realidade presente e da sua história¹³. Uma história inacabada¹⁴.

Dito isto, regressemos a F.

3. A Santa Casa da Misericórdia de F. foi fundada em 1637 por D. Lopo da Cunha, senhor donatário dos antigos concelhos de Senhorim — extinto em começos da segunda metade do século XIX e de que fazia parte a freguesia de F. —, Óvoa e Barreiro. De acordo com o seu compromisso, que obedecia a um padrão cujo modelo era o da Misericórdia de Lisboa, constituída em começos do século anterior, a confraria da Misericórdia era instituída para socorrer os mais necessitados, segundo os princípios da caridade e da misericórdia cristãs, e organizar os actos rituais que asseguram um enterro condigno e se destinam, através das missas de sufrágio, a contribuir de um modo propiciatório para a salvação individual.

Esse compromisso, para além das finalidades já mencionadas genericamente, definia direitos e deveres dos seus membros — colaborarem nas suas actividades de assistência, moral e material — condições de pertença — das quais uma das nucleares seria uma vida pautada pelas normas da religião cristã — e regulava o poder no seu interior. Para se ser dirigente era necessário ser-se abastado¹⁵. Tal restringia os poderes de decisão a uma minoria. Com efeito, embora as adesões da época da sua constituição, como dos nossos dias, apontem para uma composição interclassista da instituição, que reflecte a estrutura de ocupações do lugar, o controlo da mesma esteve sempre, como se verá, nas mãos de uma *élite* em que predominavam os mais importantes proprietários rurais.

O património da Misericórdia era inicialmente constituído pela igreja com instalações anexas, edificadas pelo seu instituidor, e por um legado do

¹³ Ver as sínteses produzidas, conjugando as tradições durkheimiana, weberiana e marxista, de Peter Berger — *The Sacred Canopy — elements of a sociological theory of religion*, Doubleday, Nova Iorque, 1967 — e Pierre Bourdieu — «Genèse et structure du champ religieux», in *Revue Française de Sociologie*, vol. xii, 1971, pp. 295-334. No mesmo sentido, mas incorporando outros contributos, como o de Gramsci, conduziu as suas pesquisas José de Madureira Pinto em *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos — Elementos de Teoria e Pesquisa Empírica*, Porto, Afrontamento, 1985, pp. 143-166.

¹⁴ Basta atentar na dinâmica de intervenção actual do Islão — onde o fundamentalismo ganhou uma força renovada —, ou na igreja católica e nas suas mudanças e tensões internas, bem como na sua relação com o exterior, que obrigam a um repensar de muitas das análises clássicas sobre a religião.

¹⁵ Ver, de um modo geral, o artigo «Misericórdia» no *Dicionário de História de Portugal*. De acordo com o seu compromisso original, que nunca foi, no essencial, alterado, a instituição deveria praticar a caridade e as virtudes cristãs (modéstia, carinho, fraternidade, etc.), auxiliando os seus irmãos e os pobres, as orfãs, os cativos, os presos, os justicados, os meninos desamparados... Quanto aos dirigentes, recomendava-se que fossem, para além de bons cristãos, pessoas abastadas. F., *Compromisso da Misericórdia de F....*, à guarda de um particular. O *Compromisso de 13 de Outubro de 1912*, republicano, laicizante, conserva a referência à necessidade de manter «pessoas abastadas» na sua direcção.

mesmo, 30 medidas de pão, ou seja, 30 alqueires, provenientes das rendas da sua Casa do Paço. Desses 30 alqueires, 2/3 seriam destinados ao pagamento de ordenados de um servidor da instituição e 1/3 reverteria para os pobres da freguesia. Em contrapartida, a Misericórdia era obrigada a sufragar com missas, anualmente, a alma do seu fundador¹⁶. Estes bens e legado constituíram o núcleo da propriedade e dos rendimentos da instituição. Esta, ao longo de três séculos, ampliou de algum modo a sua base material, mas, no contexto das doações de que foi objecto, não se registou a seu favor qualquer transferência fundiária significativa. O legado das 30 medidas de pão extinguiu-se no século XIX, praticamente ao mesmo tempo em que desaparecia a presença fundiária local dos sucessores de D. Lopo da Cunha. As actividades da Santa Casa ampliaram-se, entretanto, e esta transformou-se numa associação influente, com um elevado número de associados — tem presentemente, e no século XIX já os possuía, cerca de 300 irmãos de ambos os sexos, numa freguesia habitada (até 1986) por cerca de 2400 pessoas¹⁷. Entre os seus irmãos encontram-se também, embora em número reduzido, naturais de outras freguesias, nomeadamente de uma vizinha. Nessa ampliação das actividades incluem-se a fundação de uma farmácia — nos nossos dias arrendada a particulares — e, mais recentemente, a construção de edifícios para actividades de recreio e convívio e para a assistência médica. Foi também a Misericórdia que, no século passado, assegurou e incentivou a escolarização ao nível local¹⁸. A obra de assistência continuou, com a distribuição de vestuário e subsídios monetários a indigentes e necessitados no decurso de Oitocentos, com o fornecimento de alimentos já no nosso século — havia uma «sopa dos pobres», dirigida por mulheres dos sectores dominantes, que apenas acabou nos anos 70 do século actual.

O sustentáculo económico da Misericórdia, dada a inexistência de recursos fundiários assinaláveis — à parte o mencionado e exíguo rendimento instituído pelo fundador, refira-se a posse de alguns prazos, verosimilmente de pouco relevo, pois não são identificados —, foi a actividade de crédito que desenvolveu entre o século XVIII e inícios do século actual. Numa época em que ainda não existia o moderno sistema bancário e em que as operações de empréstimo eram exercidas, localmente, por instituições como as confrarias religiosas ou indivíduos recrutados entre os «notáveis» de diversa procedência social — encontramos entre eles negociantes, proprietários rurais

¹⁶ Os dados referentes à Misericórdia de F. provêm de várias fontes: os *Compromissos* já referidos, *Livros de Actas*, *Cadernos de Despesas e Receitas*, etc. A maioria da documentação, fundamentalmente a parte anterior ao século XX, encontra-se em casa de um particular. A mais recente está na posse da instituição. As fontes apresentam lacunas, nomeadamente as referentes às actividades económicas e de assistência. Normalizou-se, por vezes, a sua nomenclatura, visto ser irregular. Elementos referentes ao seu património foram colhidos em vários documentos: *Compromisso*, *Cadernos de Despesas e Receitas*, *Inventário dos Bens da Misericórdia* (1799), *Livros de Actas*.

¹⁷ A antiga freguesia possuía 2343 habitantes, de acordo com o *XII Recenseamento Geral da População*, publicado pelo INE em 1981. Depois da divisão em duas ficou com 1299 habitantes nas três povoações. Quanto à composição social da Misericórdia, verifica-se que ela já era, na primeira metade do século XVIII, sensivelmente a mesma que nos nossos dias. Apenas ocupações como a de «barqueiro» ou «dizimeiro» desapareceram, aumentando os licenciados: F., *Livro em Que Se Carregam os Irmãos Desta Irmandade Que Se Acham Vivos Neste Ano de 1739...*

¹⁸ *Livros de Actas da Misericórdia* (século XIX).

burgueses ou membros da pequena nobreza rural, padres, etc. —, a Misericórdia aparece como a principal organização financeira dos antigos concelhos de Senhorim, Canas de Senhorim, Folhadal e Agueira, que depois da sua extinção vieram a constituir o actual município de Nelas¹⁹.

4. Todas estas actividades, exercidas por instituições similares, fazem que a Misericórdia seja um lugar de poder no universo social local. Uma abordagem, sucinta embora, dos seus órgãos dirigentes confirma esta asserção. Como se disse, o seu compromisso seiscentista desde logo excluía a esmagadora maioria dos seus membros do acesso a cargos de direcção. Por outro lado, o manejo da escrita e da contabilidade reforçava esta prescrição estatutária. A Misericórdia foi, assim, desde a sua fundação, uma instituição controlada pelos grupos dominantes ao nível local, que eram sobretudo os principais proprietários fundiários, situação que se manteve praticamente até aos nossos dias, sendo possível que as mudanças sociais e no campo do poder que ocorreram na freguesia nos últimos 15 anos — refiro-me aos efeitos conjugados da emigração para os países da CEE nos anos 60 e da mudança de regime político que ocorreu após o «25 de Abril» — possam vir a modificar em alguma coisa esta situação. Por enquanto é uma mera hipótese.

Não se entrará no âmbito deste artigo em detalhes sobre a estrutura fundiária, mas algumas referências à distribuição da propriedade e à exploração agrária tornam-se indispensáveis no quadro de uma abordagem breve da sociedade local. São necessariamente sumárias, pois não existe um cadastro da propriedade da freguesia e as informações colhidas através de inquérito e de pesquisa documental não abrangem a totalidade da área da mesma. Baseiam-se, concretamente, na repartição da propriedade numa das aldeias da freguesia, a mais importante depois da sede, complementadas com um levantamento de dados sobre todas as grandes explorações da freguesia e sobre os médios proprietários. Resumindo a situação na actualidade — mas toda a documentação disponível mostra que já existia tal configuração no século passado e, em grande parte, mesmo antes —, a situação da freguesia, em termos da relação entre os grupos sociais e a propriedade, caracteriza-se por uma extrema polarização. Um dos pólos é ocupado pelos grandes proprietários, famílias que possuem o que localmente se chama as «casas»: na actualidade, 5 explorações agrícolas com extensões de terra variando entre cerca de 30 ha e mais de 130 ha, aparecendo este último, ao nível local, fortemente destacado dos anteriores. Todas estas casas já existiam pelo menos em começos do século XIX, sendo duas delas da pequena nobreza local e anteriores ao século XVIII. A sua hierarquia interna nem sempre foi esta, enquanto duas outras desapareceram através de vendas e partilhas sucessórias.

¹⁹ A consulta dos livros de tabeliões do concelho do século passado, depositados no Arquivo Distrital de Viseu, nos quais eram feitas as escrituras dos empréstimos mais importantes, documenta à saciedade o que se afirma. Aliás, os recursos financeiros da Misericórdia beneficiavam os seus dirigentes, provedor à cabeça, que aparecem, de acordo com vários cadernos de receitas e despesas do século XIX, como os seus principais devedores.

Sobre o modo como a Igreja, a propósito da fundação e manutenção de montepios, contornou as suas próprias condenações da usura ver Max Weber, *op. cit.*, pp. 459 e segs.

O papel das misericórdias no âmbito do crédito agrícola em Portugal é descrito sucintamente em B. C. Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro (dirs.), *Le Portugal au point de vue agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, pp. 870 e segs.

Apesar das mudanças, há uma continuidade notável na concentração dos recursos fundiários. Destas casas, 4 dedicam-se a uma agricultura de mercado capitalista, só uma arrenda uma parte significativa da sua propriedade. O vinho (estamos no centro da região demarcada do vinho do Dão), a principal produção da maior delas, azeite, maçã e suínos são os seus produtos principais. Nelas se concentram os meios técnicos — tractores, lagares mecanizados, etc. — que se difundiram na freguesia nas últimas três décadas. São os principais empregadores locais²⁰. Só um se comporta como proprietário absentista, tendo os outros uma interferência directa, maior ou menor, na gestão das suas explorações. Esta classe restrita distingue-se fortemente dos restantes grupos locais. Apenas 8 famílias em toda a freguesia possuem extensões entre os 10 ha e os 20 ha, e duas perto de 10 ha. Um número reduzido possuirá entre 5 ha e 10 ha. Poucas também se aproximam dos 5 ha. A maioria da população, composta por camponeses pequenos proprietários e semi-proletários, jornaleiros agrícolas ou assalariados, eventuais ou permanentes, das obras públicas e construção civil, situa-se no outro pólo.

As 5 casas que aqui se designam por grandes proprietários vivem sobretudo da agricultura, embora dirigentes destas explorações obtenham rendimentos não fundiários — um deles era economista, o outro alto funcionário bancário. O maior dos proprietários possui também rendimentos de outra natureza (imobiliários, nomeadamente). As 8 famílias que possuem terras entre os 10 ha e os 20 ha e as 2 que se aproximam dos 10 ha cultivam sobretudo para o mercado, mas apenas uma delas vive exclusivamente da actividade agrária. O mesmo se passa com o grupo seguinte — de 5 ha a 10 ha — ou com pequenos proprietários e rendeiros. Combinam a sua actividade agrícola com outras actividades. Entre os médios e pequenos proprietários há um médico local, dois professores catedráticos de Medicina, um professor universitário de História, professores primários, funcionários públicos, um industrial de automóveis de aluguer, etc. Para alguns deles, a agricultura tem na actualidade uma importância relativa menor enquanto actividade económica: arrendam as terras, praticam uma policultura «tradicional», em que o vinho e a batata são os principais produtos de mercado, e, no caso dos absentistas, utilizam as pequenas «quintas» como lugar de vilegiatura e de prestígio social. Quase todos os assalariados rurais são também pequenos rendeiros (de um dos grandes, de médios e de pequenos proprietários), que, tal como o camponês parcial, praticam uma policultura de subsistência, com uma tecnologia de base manual, vendendo, consoante as colheitas, excedentes: batata

²⁰ Agrupei-os no mesmo grupo, não obstante a preeminência de um deles, por várias razões. Embora as extensões de terra possuídas por cada um variem muito, tal não pode ser tomado como o único indicador. Este grupo concentra os empresários de tipo capitalista e, além disso, a actual hierarquia de distribuição dos recursos fundiários entre eles não tem sido estável, tendo alguns deles uma posição de maior relevo outrora. São também os que são *inequivocamente* considerados como ricos e que possuem residências mais vastas e antigas, por vezes solares. São fundamentalmente as suas explorações agrícolas que são designadas como *casas* — tal como na grande agricultura do Sul —, com as dimensões simbólicas que tal acarreta, ligando um grupo doméstico a um espaço físico e a uma memória. Por último, quer o tipo de actividade levada a cabo pelos que possuem menor extensão de terra — agricultura intensiva e suinicultura —, quer a posse pelos mesmos de capital cultural elevado (formação universitária), quer o seu inter-relacionamento e a existência de relações de parentesco entre eles, tendem a separá-los dos restantes, fazendo deles um grupo diferenciado.

e, em menor grau, vinho²¹. Foi entre pequenos proprietários e rendeiros/jornaleiros que a emigração e a imigração tiveram maior impacto. Nestes grupos, também a pluriactividade é uma constante, sendo o principal empregador o sector de obras públicas e construção civil. Existe apenas um industrial com uma pequena serralharía — três operários — em toda a freguesia. Há no campo económico, para além da actividade agrícola, um pequeno comércio de abastecimento doméstico de produtos agrícolas e de construção civil, uma olaria artesanal e alguns cafés e estabelecimentos similares. Várias dezenas de mulheres dedicam-se à manufactura de tapetes do tipo de Arraiolos, por conta de comerciantes locais, concelhios ou de Lisboa.

Sintetizando, em termos de classe, a situação da freguesia, esta poder-se-á caracterizar como um espaço em que sobressaem, por um lado, alguns grupos domésticos da burguesia agrária — intimamente relacionados com grupos domésticos burgueses de profissionais com altos graus académicos e alguma propriedade —, por outro, os membros do campesinato parcial e especificamente do semiproletariado, largamente maioritários. Estes grupos estão estreitamente ligados na sua reprodução, trabalhando os últimos, sazonal ou permanentemente, nas propriedades dos primeiros. As necessidades em força de trabalho das outras explorações são menores. Há ainda um expressivo grupo de camponeses, que não é homogéneo, aproximando-se a fracção mais próspera da burguesia rural. E um quase inexistente sector pequeno-burguês, comercial e industrial²². Esta estrutura social é representada como uma divisão dicotómica em ricos e pobres²³.

Este tipo de estruturação, que, no que diz respeito ao sector agrário, é, nos seus grandes traços, multissecular, marcou a vida social local. Esta reflecte uma forte segregação entre os grupos mais poderosos — que são também os que possuem uma menor permanência no espaço local — e os outros, o que não quer dizer que a percepção das hierarquias locais se reduza à bipolarização²⁴. Entretanto, os recursos fundiários associam-se, nestes grupos, ao controlo de diversas fontes de poder ao longo dos últimos séculos. A Misericórdia é uma instituição que espelha, como nenhuma outra, a estrutura e a história das relações sociais locais.

²¹ Fontes: inquérito oral e matrizes da contribuição predial rústica existentes na Repartição de Finanças de Nelas. Para se ter uma ideia mais precisa da estrutura social local, fundada na terra, e sobretudo do relevo que aqui tem a grande propriedade, tenha-se em conta que, no concelho de Nelas, a maioria das explorações agro-florestais não atinge os 2 ha, ainda assim divididos por vários blocos (e, aqui, estas grandes explorações estão dispersas por poucos blocos) e apenas 3 explorações possuem extensões acima dos 100 ha; cf. *Recenseamento Agrícola do Continente, 1979 — Viseu*, Lisboa, INE, 1983, p. 77.

²² Não sendo aqui o lugar para desenvolver os critérios em que assenta esta tipologia sumária das classes sociais, remeto para os autores que sigo neste domínio: João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos — Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Lisboa, ed. do ICS da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 211-255; e José de Madureira Pinto, *op. cit.*, pp. 345-358.

²³ É a classificação local produzida por todos aqueles que não pertencem ao restrito grupo dos maiores proprietários (mas que também insere entre os ricos os que detêm forte prestígio profissional e se supõe disporem de grandes ordenados). Sobre este discurso vigente na consciência social em contextos históricos e sociais muito diferenciados, ver Stanislaw Ossowski, *Class Structure in the Social Consciousness*, Londres, Boston e Henley, Routledge & Kegan Paul, 1973, pp. 19-37.

²⁴ Um habitante local falou-me mesmo em «meia burguesia» ao classificar os pequenos proprietários locais que possuem maior desafogo.

5. O seu instituidor, D. Lopo da Cunha, opôs-se à Restauração e refugiou-se em Espanha, sendo a sua casa confiscada. Mais tarde, os seus descendentes recuperaram os seus bens patrimoniais²⁵. No entanto, nem estes nem os parentes que mais tarde herdaram a sua casa voltaram a habitar em F. Do seu imponente paço renascentista restam ainda o pórtico e algumas casas que lembram a sua grandeza de outrora. Foram até à década de 80 do século passado o principal proprietário, e a longa distância de qualquer outro, do actual concelho de Nelas²⁶. Sobreviveram à ofensiva que, a coberto da legislação liberal, os seus enfiteutas — membros da pequena nobreza local, da burguesia agrária, camponeses, jornaleiros — desencadearam entre 1852 e 1856²⁷. Com efeito, a sua propriedade, dispersa por várias freguesias, assentava em grande parte em contratos de enfiteuse, sendo os foros pagos a um seu rendeiro geral, residente na sede desta freguesia, que era também o arrendatário da Quinta do Vale Bom, principal propriedade agrupada de todo o concelho, situada num lugar central da freguesia e possuidora de alguns dos terrenos com melhores aptidões para o cultivo agrícola. Esta quinta tem-se mantido, com as suas dimensões praticamente intactas, há pelo menos mais de três séculos. Dela foram presumivelmente retirados os terrenos da Misericórdia e dos seus anexos, que com ela confinam, pelo seu instituidor, D. Lopo da Cunha.

Com a ausência da família da nobreza senhoria, que residiu primeiro em Madrid, depois em Lisboa, a administração da Misericórdia passou para o controlo da pequena *élite* local rural. Curiosamente, uma outra família de antiga aristocracia, mas não de corte, aqui residente — de proprietários abastados — não teve, aparentemente, nenhuma ligação à Misericórdia. Em contrapartida, deteve o poder na outra confraria, mais humilde, sediada na igreja paroquial, que confina com a mata e jardins da sua residência²⁸. Esta pequena *élite* envolve, ao longo do século XIX, os principais proprietários,

²⁵ Cf. José Pinto Loureiro, *O Concelho de Nelas, Antiga Terra de Senhorim*, Nelas, Câmara Municipal de Nelas, 1957, 2.^a ed.

²⁶ A sua descendência, que ficou em Espanha — marqueses de A. e de Bedmar y Moya —, extinguiu-se em finais do século XVIII. Sucederam-lhe os condes de Povolide — um ramo dos Cunhas, com um senhorio próximo, Povolide — e respectivos sucessores e representantes, como os condes de Cintra e de Valadares, que venderam os seus bens alodiais — uma quinta arrendada ao seu rendeiro que recolhia os foros — ou emprazados (quase 300 prazos) a um financeiro de Lisboa (a primeira) e aos seus enfiteutas: membros da aristocracia local, da burguesia agrária e camponeses.

Este processo desenrolou-se entre 1876 e 1931. F., *Livros de Notas dos Tabeliães e Notários do Concelho e Julgado de Nelas* (séculos XIX-XX), no Arquivo Distrital de Viseu. Em meados do século passado, a Casa do Paço de F. pagava cerca de 10 % da contribuição predial do concelho de Senhorim. Era o principal proprietário de três das quatro freguesias do concelho e um dos maiores da quarta. Fonte: *Rol do Lançamento das Contribuições Directas da Repartição do Concelho de Senhorim para o Ano Económico de 1852 a 1853*, existente no arquivo da Câmara Municipal de Nelas.

²⁷ Entre 1852 e 1856, os enfiteutas do conde de Cintra (da família Povolide) recusaram-se maciçamente a pagar os seus foros, fundamentando a sua posição no facto de os bens do conde serem bens da Coroa. Os tribunais não lhes deram razão, vincando a natureza patrimonial das propriedades da Casa do Paço de F. Ver *Livros de Notas dos Tabeliães e Notários do Concelho e Julgado de Nelas* no Arquivo Distrital de Viseu (1852-56).

²⁸ O «chefe» desta casa foi, ao longo de décadas, o reitor da Irmandade do Santíssimo Sacramento. As relações de vizinhança, e a presumível rivalidade com os Cunhas — pois esta família é, com eles, a única de antiga nobreza claramente atestada em séculos anteriores — explicam o seu afastamento da Misericórdia.

de origem nobre ou burguesa, desta freguesia e de uma outra que lhe é vizinha.

A análise das ocupações e rendimentos dos provedores nos séculos XIX e XX permite situar 14 no grupo dos grandes proprietários aristocratas — morgados locais e seus descendentes, alguns feitos titulares na segunda metade de Oitocentos — ou burgueses. Dois deles eram oficiais do Exército e destes um engenheiro, havendo um outro que é magistrado. Dois dos provedores deste grupo eram formados em Direito, mas não seguiram qualquer carreira profissional. Exerceram o cargo de provedor três médios proprietários, todos eles com outra ocupação: dois eram oficiais do Exército (um dos quais veterinário) e um outro condutor de obras públicas. Apenas dois pequenos proprietários — e presumivelmente por razões conjunturais —, um dos quais também oficial do Exército, foram provedores. Ocuparam ainda o cargo seis padres e um magistrado. Assim, são os grupos que controlam a propriedade e a produção e que possuem capital cultural quem desde sempre deteve a maior parcela de poder na Misericórdia²⁹. Note-se que, em parte pela estreiteza das classes dominantes locais — e devido também ao absentismo de uma parte dos seus membros, prosseguindo um trajeto profissional e social que os afastou da localidade no último meio século —, a maioria dos restantes membros da Mesa (que possuía uma hierarquia interna, procurando que um cargo como o de vice-provedor fosse também ocupado por um membro do grupo reduzido dos grandes proprietários ou dos que possuíam títulos e ocupações prestigiantes) era constituída por membros de um segmento «médio» da população. Nunca por indivíduos saídos do campesinato parcial ou do semiproletariado, maioritários na freguesia e no conjunto dos irmãos. Outros elementos vincam este carácter socialmente fechado dos altos cargos dirigentes da Misericórdia: a longa permanência das mesmas pessoas nos cargos de provedor e vice-provedor, alternando muitas vezes, e a sucessão nestes cargos de parentes consanguíneos ou por afinidade. Atente-se em alguns casos elucidativos. Assim, temos um grande proprietário local, J. P. B., que é provedor de 1825 a 1827 e, posteriormente, de 1840 a 1863. Sucede-lhe um outro, F. C. A., provedor de 1863 até à sua morte, em 1877. Desde então, até 1915, será o Dr. J. P. C. quem por mais tempo ocupará o lugar: 19 anos. Alternando com ele estará o único genro — e sucessor, económica, social e politicamente — de F. C. A.: o Dr. J. C. R., que exerceu o cargo por três vezes. Um filho e um genro de J. P. C. serão também provedores. O Dr. M. R., neto do provedor F. C. A., filho portanto do Dr. J. C. R. e genro do Dr. J. P. C., será provedor nos anos 20. Uma outra família fornece dois provedores, pai e filho — em finais de Oitocentos o primeiro e o segundo

²⁹ Embora, por motivos que se prendem com os objectivos globais do projecto em que se insere, apenas se tenham trabalhado mais aprofundadamente os dados referentes aos dois últimos séculos, pode-se dizer que quem controlava a Misericórdia anteriormente eram os mesmos grupos (mais um representante dos Cunhas). Cf. *Livro em Que Se Carregam os Irmãos Desta Irmandade...*, cit. A identificação dos provedores dos séculos XIX e XX e respectivas ocupações foram feitas a partir do cruzamento da informação constante das fontes indicadas nas notas 18, 21 e 26. Os provedores eram recrutados nos grupos dominantes ao nível local nesta região no século XIX, focados, a partir da sua relação com o processo de implantação do liberalismo, por Albert Silbert — *Le problème agraire portugais au temps des premières cortes libérales*, Paris, PUF, 1968 — e Nuno Monteiro — «Revolução liberal e regime senhoria: a questão dos forais na conjuntura vintista», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXIII, pp. 143-182.

em 1943³⁰. Estas famílias, cujo poder reflecte também o da própria freguesia ao nível concelhio e regional, estão presentes em outros órgãos, políticos³¹. Assim, quatro dos provedores da Misericórdia, pelo menos, serão também presidentes da Junta de Paróquia no século XIX, enquanto cinco ocuparão o lugar de presidentes da Câmara nos séculos XIX-XX. Outros, sem ocuparem estes lugares, estarão presentes, na administração paroquial e local. Ou, ainda, serão deputados — um, pelo menos, o provedor F. C. A., foi vice-presidente da respectiva Câmara — ou ocuparão o cargo de governador civil: os provedores J. C. R. e seu filho. Desta última família sairá ainda um ministro no tempo da Primeira República³².

O facto de se tratar de um recrutamento restrito do ponto de vista da origem social dos mais altos dirigentes não excluía o conflito, envolvendo por vezes rupturas familiares. A memória oral conserva alguns traços destes, que as actas da instituição ocultam, pelo menos parcialmente, na sua linguagem institucional. A Lei da Separação entre a Igreja e o Estado, por exemplo, que implicou uma reformulação laicizante do compromisso da Irmandade, enfrentou resistências de uns e recebeu o apoio de outros. Estas fricções permanecerão e levarão a uma pugna entre genro e sogro e entre cunhados, o primeiro do partido democrático, os outros opondo-se-lhe. Aliás, ao personalizar os relatos em torno de conflitos interindividuais, a memória oral transmite-nos características importantes das relações sociais e da organização política: o seu carácter fulanizado, clientelar, de patrocínio³³.

O traço mais significativo da imbricação entre poder económico e controlo da instituição fornece-o a família da mulher do actual provedor — desde 1958 —, o conde de M. Esta família de antigos morgados locais fornece, com o actual, cinco provedores à Misericórdia no último século e meio. Ora esta mesma família, principal proprietária de todo o concelho, foi quem adquiriu, em 1876, o grosso da propriedade local dos sucessores do fundador, D. Lopo da Cunha, a referida Quinta de Vale Bom³⁴. Com essa pro-

³⁰ Fontes: as mencionadas na nota 29. Estas características sociais do corpo dos provedores (que abrange os vice-provedores) nada têm de especificamente local, como o prova o exemplo da capital do distrito. Cf. Maria João de Nogueira Ferrão Vieira Craigie, «Relação dos provedores e escrivães da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 1759-1910», in *Beira Alta*, vol. XLVIII, fascs. 1 e 2, 1989, pp. 155-173. Quanto aos restantes membros da mesa, as suas ocupações situam-nos na burguesia rural, campesinato mais abastado, pequeno comércio e profissões — os antigos tabeliães, os professores e os empregados públicos e do comércio estão muito representados. F., *Livros de Actas dos séculos XIX-XX*.

³¹ Embora, hoje em dia, a importância relativa da antiga freguesia de F. tenha decaído, devido à industrialização de uma outra freguesia e da sede do concelho, a situação era diversa no passado, quando a principal fonte de rendimento era a terra. Então, era a freguesia mais rica, o que explica o poder da sua classe dominante. F., *Rol do Lançamento das Contribuições Directas de Repartição do Concelho de Senhorim de 1852 e 1853*, cit., e o de 1853-54, existentes no arquivo da C. M. de Nelas.

³² Fontes: *Livros de Actas* do antigo concelho de Senhorim, depois Nelas, de 1834 a 1988; *Livros de Actas* da Junta de Paróquia de 1836 aos nossos dias; as já citadas relativas à Misericórdia. Não se procedeu a uma pesquisa exaustiva de todos os cargos que estes indivíduos tenham exercido.

³³ Sobre o patrocínio em Portugal ver, de um modo geral, José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, «Caciquismo e poder político — reflexões em torno das eleições de 1901», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74, 1982. Informação oral sobre este conflito e sobre a sua inserção na luta entre facções rivais.

³⁴ F., Arquivo da Casa Povolide no ANTT.

priedade e com outras entretanto compradas, que permitiram a afirmação da sua supremacia ao nível local (apenas consolidada, devido ao declínio de outros, nas últimas décadas), passaram a ocupar uma posição cimeira na vida da freguesia, controlando múltiplos canais através dos quais se podem estruturar relações de dependência. As suas propriedades, em grande parte arrendadas até aos anos 60, eram cultivadas, sob esta forma, por mais de 50 grupos domésticos. As suas vindimas chegam a empregar mais de uma centena de assalariados ao longo de várias semanas. Este exemplo extremo ilumina assim o complexo de relações sociais que liga sobretudo, como atrás se disse, os grandes proprietários da terra ao campesinato parcial e ao semiproletariado que a trabalham, que a Misericórdia evoca e do qual ela foi e é parte integrante. Relações que se reproduzem, mantendo vivas formas de dominação presentes na própria história da instituição³⁵.

6. A população desta freguesia considera-se, na sua maioria esmagadora, como cristã, católica. Um estudo estatístico relativamente recente classifica o concelho a que pertence como inscrito, no que diz respeito à prática religiosa, numa «zona de transição móvel, com uma boa estrutura eclesial»³⁶. A situação ao nível das suas freguesias será, no entanto, bem diversa, em correlação com as próprias actividades económicas e estruturas sociais de cada uma. O concelho possui uma zona ocidental, onde desde os anos 20 existe uma forte implantação industrial, esta freguesia dominada pela existência de grandes propriedades, hoje transformadas em parte em empresas agrícolas capitalistas, e com uma certa tradição letrada, e uma outra zona, a sudoeste, de pequena propriedade camponesa³⁷. Vejamos, entretanto, dois indicadores de práticas religiosas locais.

Na pesquisa a que se procedeu sobre os testamentos e os casamentos — abrangendo, no caso dos primeiros, a *actual* freguesia e, no caso dos segundos, os de uma aldeia que foi objecto de um trabalho mais intensivo —, os resultados obtidos apontam para uma forte incidência da prática destes rituais que marcam fases do ciclo de vida. Em mais de 300 testamentos — entre 1818

³⁵ Como diria Giddens, há dois aspectos da dominação presentes na estruturação dos sistemas sociais: a propriedade e a autoridade. São eles que aparecem aqui combinados. Cf. Anthony Giddens, *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Londres, MacMillan, 1983, pp. 49 e segs. Foi o facto de estes recursos se concentrarem num núcleo reduzido de famílias que levou a privilegiar a análise do cargo de provedor (e de vice) neste trabalho, deixando para outra altura a abordagem dos notáveis mais pequenos, que giram na sua dependência.

³⁶ Cf. Luís de França, *Comportamento Religioso da População Portuguesa*, Lisboa, Moraes, IED, 1980. Os indicadores são sobretudo o da frequência das missas, o da celebração de casamentos religiosos e o da relação habitantes/padres. Assim, em 1977 havia no concelho entre 21 % a 40 % de missalizantes, 81 % a 90 % dos casamentos celebrados catolicamente e um padre para cada 2000-2999 habitantes.

³⁷ Sugere-se aqui, sem se poder ir mais longe, que a distribuição de propriedade e o tipo de actividades económicas estão correlacionados com o comportamento religioso — como se vê no próprio estudo estatístico de Luís de França, *op. cit.*, nomeadamente na contraposição Norte-Sul. Aliás, a situação de classe, o sexo (é notória a predominância feminina nos actos de culto) e o ciclo de vida — a «beatice» não é hábito maioritário dos novos, antes tem a ver com a consciência da solidão perante a morte — são variáveis a ter em conta na análise do fenómeno religioso, havendo vasta bibliografia sobre estes tópicos. Ver a este respeito Henk Driesen, art. cit., William Crithian Jr., *Person and God in a Spanish Valley*, Nova Iorque, Seminar Press, 1972, John Davis, «The Sexual Division of Religious Labour in the Mediterranean», in Eric R. Wolf (ed.), *Religion, Power and Protest in Local Communities*, Mouton, Berlim, Nova Iorque, Amsterdão, 1984, pp. 93-115.

e 1938 —, apesar de se notar, num movimento que é mais notório à passagem do século, um mútuo declínio em legados e missas de sufrágio, apenas um reclama *explicitamente* um funeral civil — um advogado e político republicano — em finais da década de 20³⁸.

No que diz respeito ao casamento, a observação feita sobre um *corpus* de 405 matrimónios, entre 1886 e 1989, apenas detectou a celebração de um casamento civil, em 1986, e a ocorrência de cinco divórcios — três na década de 30 e dois na de 80 do século actual³⁹.

É sempre delicado procurar articular informação de tipo estatístico, assente na recolha de dados sobre *práticas* regulares, com opiniões e atitudes através das quais se procura conhecer o universo da *crença* religiosa⁴⁰. Primeiro, porque o cumprimento desses rituais obedece a motivações e cálculos de vária ordem, dos quais a própria estratégia política não estará ausente⁴¹. Em segundo lugar, porque, ao contrário do que sucede com as práticas — susceptíveis também de variação, mas submetidas a uma uniformização institucionalizada —, as crenças variam, na sua vivência social, variando ao mesmo tempo aquilo que se entende por religião⁴². Basta pensar a este respeito no que se tem escrito sobre a problemática da religião «popular». Concebida habitualmente como própria de espaços rurais, a religião «popular» não coincide com a religião legítima, que é a definida pelos agentes da instituição eclesiástica. Resulta, historicamente, do encontro de vivências não cristãs — umas cristianizadas, outras relegadas e perseguidas —, conjunto que já foi designado como «cultura folclórica», com o ensino dogmático de uma organização que monopolizou as relações com o sagrado⁴³.

³⁸ Fonte: a) 135 testamentos «cerrados», transcritos nos *Livros de Registo de Testamentos* (abrangendo o período que decorre entre 1834 e 1933), depositados no Arquivo da Câmara Municipal de Nelas; b) 213 testamentos, constantes dos livros de notas, escrituras e testamentos dos tabeliães e notários dos antigos julgados de Senhorim e de Nelas, da comarca de Mangualde, correspondendo ao período entre 1818 e 1938, existentes na secção de arquivo do notariado do Arquivo Distrital de Viseu.

³⁹ F., Registo Civil de Nelas.

A inexistência de uma comparação feita para o período de 1911-40 entre registos de casamentos católicos e civis, quando não existiu uma correspondência, para efeitos legais, entre casamento religioso e matrimónio civil, leva a utilizar esta fonte com alguma precaução. O mesmo se diga quanto aos efeitos de proibição do divórcio do casamento católico, que vigorou entre 1940 e 1 de Fevereiro de 1975. Seja como for, tanto os testamentos como os casamentos são indicadores a não desprezar, dado haver regiões (ver Luís de França, *op. cit.*) que mesmo ao nível da prática se diferenciam profundamente deste contexto.

Não são conhecidos casos de crianças por baptizar, o que aponta para o cumprimento por todos deste ritual.

⁴⁰ Como o demonstra a problemática da secularização, em que a utilização de indicadores de prática como índices de religiosidade tem suscitado forte polémica. Cf. Jan Thompson, *Religion*, Londres e Nova Iorque, 1986, pp. 19 e segs.

⁴¹ A igreja conviveu localmente — 1986-89 —, de um modo aparentemente pacífico, com uma junta de freguesia da CDU, presidida por um militante do PCP que não ia à igreja, embora o seu grupo doméstico o fizesse. Por outro lado, frequentar a igreja, ou os seus rituais — não se ser casado *catolicamente* equivale, na opinião dominante local, a praticamente não o ser —, é uma atitude que fica bem, legítima.

⁴² Cf. as observações de F. Bento Domingues, O. P., «A religião dos Portugueses», in *Reflexão Cristã*, ano XI, n.º 55, Setembro/Outubro de 1987, fls. 6-71.

⁴³ O processo foi analisado por, entre outros, Jacques Le Goff, de quem retirei a expressão «cultura folclórica» — cf. Jacques Le Goff, «Cultura clerical e tradições folclóricas na civilização merovíngia», in *Níveis de Cultura e Grupos Sociais*, Lisboa, Cosmos, 1974, e Emma

No exterior do que se define como religião (legítima) católica ficam crenças e atitudes — num dualismo entre o bem e o mal, na reencarnação dos espíritos, na capacidade extranatural, «mágica», de prejudicar terceiros, através do mau-olhado e da inveja, por exemplo — que apelam para agentes sempre perseguidos pela Igreja (como a bruxa ou mulher de virtude, etc.). Na «fronteira» da mesma situam-se crenças como as da possessão demoníaca, que a instituição encara com grande cautela e cujo exorcismo apenas pode ser efectuado por um número restrito de sacerdotes⁴⁴. Tanto a bruxa como o padre exorcista continuam a ter um lugar assegurado e uma ampla clientela⁴⁵. Num espaço social complexo como é o desta freguesia, o agregado de representações e rituais a que se chama religião «popular», um sincretismo de difícil definição, serve sobretudo como indicador de comportamentos, que ele de algum modo grosseiramente resume. Quanto mais elevada é a posição no espaço social devido ao poder económico ou à conjugação deste com o capital cultural, tanto mais o comportamento e a opinião dos indivíduos se aproximam da norma religiosa definida pela instituição eclesiástica. No que diz respeito à influência da escolarização, e deixando de lado uma análise diferenciada dos efeitos da mesma nas diversas classes sociais, verifica-se que a população mais velha tende ao cumprimento das obrigações religiosas, enquanto entre os mais jovens, cujo aprendizado escolar foi ou é mais prolongado, se notam sinais de desafeição pela autoridade da Igreja — questionando o seu papel e o dos seus agentes — e mesmo de uma visão secularizada do mundo⁴⁶. Ponderados estes factores e generalizando necessariamente, pode-se dizer que a consciência religiosa local maioritária envolve a concepção de um Deus criador do universo, cuja vontade interfere no quo-

nuel Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan — de 1297 à 1324*, Paris, Gallimard, 1975, que relata o embate entre essa cultura e a Inquisição medieval. Ver também Michel Vovelle, «La Religion populaire», in M. V., *Idéologies et Mentalités*, Paris, François Maspéro, pp. 125-162.

⁴⁴ Ver João de Pina-Cabral, *Sons of Adam, Daughters of Eve — a peasant Worldview in its context*, Oxford, Clarendon Press, 1986 (trad. port., Publ. Dom Quixote, 1989), em especial pp. 174-238, onde aspectos não cristianizados da «religiosidade popular» e das maneiras de lidar com o mal e o sobrenatural são relacionados com o modo de vida e os conflitos da sociedade camponesa minhota. Ver também, embora numa outra perspectiva, com conotações nacionalistas — uma religião popular *específica* dos Portugueses!... —, Moisés Espírito Santo, *A Religião Popular Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1986.

⁴⁵ Conheci casos de «possessos» que foram exorcizados por um velho padre de uma freguesia próxima e pude observar a intervenção de uma «bruxa», de uma outra localidade, que procurava afastar uma alma «danada» — porque havia cometido suicídio — que incomodaria a sua família. Ambos eram muito conhecidos e frequentados nas redondezas.

⁴⁶ Ver, a este respeito, Henk Driessen, art. cit. As posições políticas revelam aqui a sua influência — um militante da CDU, e importante proprietário, era o único francamente materialista entre os mais velhos, mas também possuía formação universitária. Outros, embora anticlericais, ou mesmo recusando a natureza divina de Cristo, o papel dos santos, a imortalidade da alma, aceitam a ideia de um Deus criador do universo. A maioria dos jovens é católica praticante (as raparigas em maior proporção do que os rapazes). De um modo genérico, as suas atitudes parecem corresponder à análise global que deles dá Luís de França em «Os jovens portugueses e a religião: caracterização global», in *Análise Social*, vol. XXI, 1985, 2.º, pp. 247-281. Ver também artigos de Manuel Luís Marinho Antunes e Luísa Braula Reis nesse número. Há também uma forte pressão colectiva no sentido de manter uma identidade católica. Sinal disto é o facto de a adesão às Testemunhas de Jeová, que têm ganho adeptos locais, ser vista negativamente e identificada com o mal e a desordem, sendo, para os mais conservadores, algo parecido com o ser-se comunista.

tidiano e na história do plano cósmico ao individual⁴⁷. A ética católica aprendida em casa, na igreja, nas cerimónias, configura o que é tido como o Bem: os preceitos morais tais como são inculcados sistematicamente na catequese. Cristo, Maria e os santos são figuras fundamentais do culto, sendo o caso destes últimos um dos pontos visíveis de fricção entre as posições do clero e as dos «fiéis», com o primeiro a procurar remetê-los ao papel de intermediários, classificando de superstição a tendência revelada pela maioria dos crentes de neles ver não simples mediadores, mas patronos dotados de um poder próprio e com os quais se mantêm relações «pragmáticas» entre «promessas» feitas e «graças» recebidas, que são o espelho de formas de troca de bens e serviços na «Terra»⁴⁸.

A importância da religião — quer se refira ao reconhecimento dela como interpretação, valores ou instituição — vê-se também no papel que desempenham os padres ao nível local. Têm um real poder, que lhes advém sobretudo de serem os agentes legítimos de mediação com o divino. A este poder estão ligados os que lhes provêm desta influência e da sua preparação cultural, para além do contacto íntimo que possuem com as diversas classes sociais⁴⁹. Padres desta freguesia foram também, como se disse, presidentes da Junta de Paróquia e dirigentes da Misericórdia. Porém, e este será também um modo de avaliar a importância dos preceitos de ordem religiosa, os padres são um foco de crítica, que se estabelece confrontando a sua própria vida com os ensinamentos que difundem. E aqui encontramos uma característica das mais diversas religiões, na sua relação com a sociedade.

⁴⁷ Um deus que pode trazer o sol e a chuva, como me diziam apontando o céu: «Quem manda...» Ou que pode interferir através do *milagre*, como ocorreu em Maio de 1988, por intermédio de Maria, numa freguesia vizinha: uma parálitica, que assistia à transmissão das cerimónias de Fátima pela televisão, levantou-se e começou a andar. A recepção do *milagre* foi um claro indicador das várias vivências religiosas (ou da sua ausência) na colectividade: foi grande a efervescência local, sobretudo entre as mulheres, raros os cépticos que se exprimiram abertamente, prudente e frio o pároco.

⁴⁸ A dimensão «pragmática» da religião é bem expressa nestas quadras de um poeta local (J. G.):

Ó meu santo frutuoso,
O meu gado protegei,
Eu sei que tu és bondoso,
O meu gado a ti te entregarei.

Se o meu gado não morrer,
Minha promessa irei cumprir,
Dar-te-ei o que oferecer,
Eu sei que me estás a ouvir

Há uma vasta literatura a este respeito, desde as posições clássicas de um Weber — *op. cit.*, pp. 376 e segs. — a um Pierre Lévêque, no âmbito de uma análise da génese das religiões — *Bêtes, dieux et hommes — l'imaginaire des premières religions*, Paris, Messidor/Temps Actuel, 1985. Em relação a Portugal, entre muitos, ver Pina Cabral e M. Espírito Santo, *ops. cit.*, bem como Pierre Sanchis, «The Portuguese *romarias*», in Stephen Wilson (ed.), *Saints and their cults*, Cambridge, CUP, 1983.

⁴⁹ Sobre o poder dos párocos basta referir que, para além de o carácter totalizador da religião lhes autorizar, suscitando conflitos mais ou menos agudos, uma lata interferência nos domínios «públicos» e «privados» da vida social, eles continuam a ter um importante papel *formal* nas relações Estado/colectividades locais (por exemplo, através da sua colaboração com o registo civil). Ver a este respeito os autores portugueses mencionados nas notas 4, 13 e 44.

Pela sua própria lógica de discurso classificatório — cuja forma mais antiga será a da concepção da ordem terrena como emanção da ordem celeste, a da visão da relação entre indivíduo, sociedade e cosmo em termos da articulação microcosmo/macrocosmo —, a religião tem profundos efeitos na estruturação das sociedades⁵⁰. As categorias com que opera, das quais o dualismo entre o bem e o mal será das mais correntes, possibilitam uma cosmização, uma sacralização das relações sociais, que é necessariamente política (politizável) em sociedades marcadas pela diferença e pela oposição entre grupos e classes sociais⁵¹. Ou seja, a religião, enquanto discurso sobre a natureza e a sociedade, organizador das percepções legítimas das mesmas, contribui, sobretudo em situações de monopólio da autoridade simbólica, que correspondem, muitas vezes, a uma temporalidade mais do que milenar, para a legitimação das relações sociais existentes, nomeadamente através da sua naturalização, ou seja, operando a sua transformação de algo relativo e arbitrário em algo de natural e mesmo de sagrado⁵².

A Misericórdia, tanto no caso concreto desta freguesia, como de um modo geral, revela exactamente esse papel legitimador. A Misericórdia — e o exemplo supremo da misericórdia é o da dádiva de Cristo aos homens, ao fazer-se ele próprio deus, homem e morrer por eles — consagra aqueles que seguem os ensinamentos de Cristo, tal como os adequaram à conjuntura histórica específica a Igreja e os seus clérigos. Para tal devem ajudar materialmente os mais humildes, os pobres, os necessitados, através de legados, devem contribuir para os irmãos terem uma vida e uma morte cristãs dignas — de que o exemplo é, como para todas as outras manifestações da vida dos homens, a vida desse homem que é Deus — que lhes assegurem a salvação. A sua redenção disso depende. A importância que têm para as Misericórdias as comemorações rituais da paixão e morte de Cristo e a atenção dada à morte e à salvação através, nomeadamente, do acompanhamento dos funerais e de sufrágios dos seus membros, explica-se, aliás, pelos próprios termos da doutrina cristã.

⁵⁰ Cf. Max Weber, *op. cit.*, e também Peter Berger, *op. cit.*, caps. 1 e 2. Especificamente sobre o anticlericalismo ver Joyce Riegelhaupt, «Popular Anticlericalism and Religiosity in Pre-1974 Portugal», in E. R. Wolf (ed.), *op. cit.*, pp. 93-115.

⁵¹ Este facto é tido em conta, como se disse, tanto por Marx, como por Weber, não obstante as posições divergentes de ambos. Durkheim também se apercebeu disto ao reflectir sobre a criação de cultos laicos — como os estabelecidos pela Revolução Francesa — e ao deixar antever a necessidade de manter viva, pelo ritual, pelos ideais, uma moral, uma sociedade, que ultrapassasse os ideais cristãos, para ele envelhecidos. Cf. E. Durkheim, *op. cit.*, pp. 69 e segs.

⁵² Cf. Pierre Bourdieu, art. cit. A teoria orgânica da sociedade de ordens estudada por DUBY — *op. cit.* —, por exemplo, ilustra este papel da religião no caso do cristianismo. Porém, a religião pode servir como legitimação revolucionária ao identificar como imorais, agentes do mal, os poderosos, por vezes a própria instituição eclesiástica — tal é patente ainda no caso do cristianismo (embora o fenómeno não se restrinja às chamadas «religiões universais»), dos movimentos messiânicos medievais à contemporânea «teologia da libertação». Um Cristo fiel à «causa libertadora dos oprimidos e excluídos, a verdadeira causa de um verdadeiro Deus», era o apresentado por Frei Bento Domingues em *O Público* de 16 de Abril de 1990. O que corresponde ao «Cristo não passou por aqui», fórmula com que um trabalhador — de simpatias de esquerda — me resumia a apreciação da situação social local, envolvendo uma apreciação de Cristo como aliado dos humildes, um tópico recorrente na propaganda socialista. O próprio facto de existir uma escrita sagrada possibilita várias interpretações e a sua utilização como argumento de contestação. Cf. Jack Goody, *La logique de l'écriture — aux origines des sciences humaines*, Paris, Armand Colin, 1986, cap. 1.

Em suma, a Misericórdia da freguesia de F. revela-se como um lugar que permite associar a supremacia social, proporcionada pelo controlo do principal meio de produção, a terra, e também pela formação escolar, à exemplaridade de uma vida cristã tanto mais apreciada e reconhecida quanto mais caritativos, generosos e desprendidos se mostrarem os seus dirigentes. Consolidando no plano económico a sua dominação⁵³.

7. Outrora a instituição mais poderosa desta freguesia e do concelho de Nelas, a Misericórdia tem hoje, comparativamente, uma menor importância, embora continue a ser a principal associação local e as solenidades da Semana Santa permaneçam como momento central do cerimonial religioso da freguesia.

A sua actividade económica é hoje nula, enquanto até ao princípio do século era a principal instituição financeira concelhia. Houve escassas doações patrimoniais de relevo neste século, o que demonstra o seu fraco poder de atracção⁵⁴. Um outro indício revelador é o de ter cessado a competição pelo exercício de funções dirigentes, particularmente viva anteriormente. Esta mudança deve-se, sem dúvida, à ausência de condições de competição política partidária que caracterizaram o Portugal do Estado Novo salazarista e que aqui tiveram uma incidência particular⁵⁵. Mas inscreve-se num conjunto de transformações mais amplas da sociedade portuguesa, do Estado e do espaço social local, que se acentuam no decorrer do século actual.

As classes sociais onde se recrutavam os dirigentes máximos da instituição perdem interesse pela intervenção directa no poder local. Isto é visível, como se disse, na ausência de concorrência por lugares cimeiros, que levará mesmo, em meados do século, ao cargo de provedor indivíduos que não são

⁵³ A eficácia deste tipo de dominação simbólica é tanto maior quanto mais desligada aparece da esfera propriamente económica. Quanto mais generosos na dádiva, na caridade, tanto mais legítima a sua posição social. Maurice Godelier defende que a formação e a reprodução durável de relações de dominação e exploração só são viáveis se estas se apresentarem sob a forma de troca de serviços. Ver Maurice Godelier, «La part idéale du réel», in M. G., *L'idéal et le matériel*, Paris, Fayard, 1984, pp. 167-228. Cf. também Pierre Bourdieu, «Les modes de domination», in *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980, pp. 209-231.

⁵⁴ Em finais do século XIX, um natural da freguesia, filho de um sapateiro, enriquecido no comércio de vinhos com o Brasil e um dos principais comerciantes vinícolas de Lisboa na viragem do século — cf. *Le Portugal [...]*, p. 423 —, faz um avultado legado monetário à Misericórdia: 250 contos. O seu irmão, que entretanto se tornará um grande proprietário local, virá a ser provedor. Os descendentes de ambos, estabelecidos na região, serão hoje dos principais produtores de vinho do Dão. A família do actual provedor e principal proprietário local doou o terreno contíguo às instalações da Misericórdia, em que se construíram um posto de assistência médica e um salão, ambos propriedade da instituição. Sobre o declínio do papel financeiro da Misericórdia é de referir que em 1912, possuindo capitais provenientes de remessas de emigrantes no Brasil, que não encontravam procura, os corpos gerentes da Misericórdia decidem depositá-los na Caixa Económica do Estado, em Nelas. F., *Livro das Actas da Misericórdia* aberto a 2 de Julho de 1901, fl. 71.

⁵⁵ As misericórdias, como outras instituições, foram alvo de luta política entre os partidos do rotativismo (inf. de Pedro Tavares de Almeida). Essa luta prosseguiu sob a República — entre monárquicos, católicos e republicanos acusados de o não serem (cf. Alexandre de Lucena e Valle — *Os Finais da Monarquia e Começos da República nas Actas da Câmara de Viseu, 1900-1914...*, Viseu, Junta Distrital de Viseu, 1971, pp. 29-30 —, que relata o sucedido na capital do distrito). Em F. ficou célebre o conflito entre os dois cunhados — um do partido «democrático», o outro do partido «nacionalista» — a que já se fez alusão. Aliás, o do partido democrático era filho de um chefe progressista e o cunhado, de um regenerador. As famílias de ambos deixam de ocupar cargos políticos sob o Estado Novo.

oriundos do grupo de grandes proprietários, nem pertencem a famílias locais de prestígio «antigo»⁵⁶. Do mesmo modo, estes grupos deixam de estar presentes quer na Junta de Freguesia, quer na Câmara Municipal. A sua trajectória social levou-os para as cidades, tanto como proprietários absentistas que vivem de rendas — o que só para um caso será hoje em dia verdadeiro —, como na condição de profissionais com formação académica para os quais não havia ocupação a um nível estritamente local. Mesmo os membros destes grupos domésticos que se comportam como empresários de tipo capitalista e que passam em F. largas temporadas, ou aí têm a residir parte do seu grupo doméstico, deixaram de intervir activamente, por certo por não verem necessidade e interesse nisso, na vida local. Em alguns casos, o corte foi tão radical, que levou ao seu desaparecimento. Foi o sucedido com quase todos os descendentes do provedor J. P. C. e com os de seu filho M. F. P. C. A distância social, já tão forte entre os grupos locais, não deixou de se aprofundar com a distanciação espacial, levando a um quase desaparecimento de interacções directas entre eles⁵⁷.

Instrumento importante na reprodução das relações sociais locais, através da intervenção paternalista dos grandes proprietários, num tempo em que era necessário conservar na freguesia uma larga força de trabalho para uma agricultura cedo participante do mercado interno e internacional, sê-lo-á hoje menos, dado que a mecanização e a especialização de algumas das maiores explorações reduziram significativamente essas necessidades⁵⁸. A emigração recente, por outro lado, ao contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida da população trabalhadora — é a única mudança social importante que afecta estruturalmente a maioria da população no último século e meio —, conjugada com outros factores, entre os quais as alterações de regime político operadas a partir do «25 de Abril», enfraqueceu relações de dependência directa ou indirecta em relação aos empregadores, que se reflectiam na Misericórdia. Entre esses factores contam-se também as mudanças no papel do Estado, a ampliação do seu papel de controlo no processo de reprodução social e particularmente o aparecimento e desenvolvimento da assistência estatal no campo da saúde e assistência e as pensões de sobrevivência para a população rural, que coincidem com o declínio e extinção de actividades locais da instituição nestes sectores. A «sopa dos

⁵⁶ Fonte: *Livros de Actas da Misericórdia*, século XX. É possível que este facto esteja relacionado com a grave e prolongada doença que afectou o mais importante proprietário. Desde há mais de trinta anos que o seu genro é provedor.

⁵⁷ Extinguiu-se também uma das «casas» agrícolas locais e outra diminuiu de importância — ambas forneceram os cunhados provedores a que se alude na nota 55 —, o que acentuou a superioridade, em termos de recursos fundiários locais, do grupo doméstico do provedor actual. As interacções directas entre os grandes proprietários e a maioria da população estão reduzidas aos empregados permanentes mais próximos dos primeiros.

⁵⁸ Nos anos 70 do século XIX, a freguesia exportava para o Brasil grande quantidade de cereais e cerca de 2000 pipas de vinho. F., *Livro das Actas das Sessões da Junta de Paróquia da Freguesia de F...*, iniciado em 22 de Março de 1836, fl. 49 v. Refira-se também, quanto à mudança do papel e composição das *élites* locais, que, dos três representantes da província da Beira a assembleias agrícolas da primeira década do século, que debatiam sobretudo a questão vinícola, dois eram os grandes proprietários da freguesia, provedores da Misericórdia e chefes partidários sob a Monarquia a que se alude na nota 55. Cf. Carlos Consiglieri e Marília Abel, *Elementos para a História da Primeira República — A Economia e a Acção de José Relvas*, Alpiarça, ed. Caminho, 1986.

pobres» desaparece nos anos 70 e as consultas médicas da Previdência deixaram recentemente de se realizar nas suas dependências⁵⁹.

No entanto, a instituição mantém um número de irmãos similar ao que possuía nos finais do século XIX, quando parece estar no apogeu. E os seus órgãos dirigentes permanecem atractivos, sobretudo para os que se encontram em ascensão⁶⁰. As solenidades da Semana Santa vêem o regresso anual dos membros das famílias dos grandes «notáveis» — proprietários fundiários ou profissionais com elevado capital cultural. São eles que ainda ocupam os lugares principais da igreja. São eles que detêm em grande parte as insígnias e as posições de relevo durante as procissões.

Assim, a irmandade e os rituais que organiza reflectem e contribuem para manter uma relação de poder, geradora de conflitos, que raras vezes se terão exprimido abertamente, pelo menos de acordo com os seus livros de actas. Na rotina do seu registo administrativo, onde afloram raros contenciosos com o Estado — no cabralismo e sob a República, quando o seu compromisso é modificado —, aparece um afrontamento significativo⁶¹. Um jovem estudante de Medicina, pertencente a uma das famílias do segmento dos médios proprietários, tenta forçar a entrada da mãe nos coros que ladeiam o altar-mor, onde se sentam os familiares dos dirigentes da Misericórdia. Tal é-lhe recusado pelo provedor da Mesa, que alega textualmente ser aquele um lugar para senhoras e que sua mãe o não era⁶². O jovem acabará derrotado, depois de ameaçado com sanções que extravasavam do âmbito da instituição. Mais tarde viria a ser médico e os seus descendentes estão hoje no cume da escala social.

A estes conflitos haverá que agregar todos aqueles que são apenas ouvidos entre os irmãos e que se espalham entre a população e cujo conhecimento exige a intimidade suficiente para penetrar nos bastidores. Aí, comportamentos aparentemente pacíficos, passivos e deferentes revelam uma outra face: a de uma revolta em surdina, que não se exprime, na circunstância, directamente, em virtude do conhecimento que os envolvidos têm dos limites impostos pela sua posição e quanto ao alcance da sua acção⁶³. São sinais de uma

⁵⁹ As mudanças operadas na relação entre as classes sociais locais, que não datam do 25 de Abril, são nítidas a partir desse momento. Um dos indícios é o exercício do poder local por pequenos proprietários e assalariados rurais — muito notório o facto de, entre 1986 e 1989, o presidente da Junta de Freguesia ser um militante do PCP, antigo serralheiro. Sublinhe-se que o facto de a Misericórdia ter deixado de funcionar como instituição financeira terá sido um factor importante no seu declive. A fundação recente de uma associação humanitária (bombeiros) na freguesia ilustra como outras instituições substituíram, no plano da assistência, a Misericórdia. Esta, constituída, entre outros, por um empregado bancário, vários pequenos comerciantes e assalariados, revela-se um organismo social completamente distinto da Misericórdia. Com efeito, embora haja diferenças económicas e de prestígio entre os seus membros, não há a distância social consolidada da primeira. Como tal, inscreve-se no mesmo plano de instituições de sociabilidade «popular» locais, como o clube de futebol, o grupo cultural e recreativo, a banda de música e outros.

⁶⁰ Para um ex-emigrante ou para pequenos proprietários relativamente prósperos, com rendimentos não fundiários.

⁶¹ F., *Livros das Actas da Misericórdia* (séculos XIX-XX).

⁶² F., *Ibid.* O conflito ocorre em 1890, muito provavelmente por ocasião da Semana Santa. Acrescente-se que o pai e a mãe eram solteiros na época, vindo a casar cerca de vinte anos depois.

⁶³ Erving Goffman demonstra como os actos de deferência designam referências ideais, têm um carácter honorífico e traduzem muito pouco a realidade dos sentimentos dos que os produzem. Por vezes, sob a sua capa teatral jaz a revolta. Cf. E. G., «La tenue et la déférence», in *Les rites d'interaction*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1974, pp. 43-85. Pierre Bourdieu aborda

luta de classes, no seu sentido de luta por posições no espaço social que, embora aqui silenciada, se exprime mais abertamente pelo voto em instituições locais e nacionais — voto que tem a vantagem de ser secreto e de não expor a maioria, no seu entender, a presumíveis retaliações⁶⁴. A Misericórdia é um palco onde se desenrola uma representação social ritualizada, envolvendo as classes sociais locais. O ressentimento dos que se sentem excluídos da liderança da instituição não constitui, contudo, sinal de desafecto para com a mesma — o que se ataca são apenas os dirigentes e a sua actuação. A Misericórdia é uma instituição que encarna valores religiosos socialmente reverenciados. Para os mais humildes, estes são os preceitos de um Deus bom e generoso que exalta os humildes e prega a dádiva e o desprendimento aos mais poderosos. Estes valores são parte do hábito, perpetuam-se na rotina de uma fé que não terá conhecido grandes abalos. Aliás, a comunidade mínima nestes valores é um elemento importante na perdurabilidade deste universo social⁶⁵.

Posição diversa é a do segmento médio, que hoje, como no passado, detém as posições secundárias na direcção da irmandade. Os seus membros têm algo de muito preciso a ganhar (ou conservar): prestígio, consagração social oriunda da proximidade com os grandes, confirmação do seu *status* e da sua posição de líderes intermédios locais, conforto na sua identidade de cristãos. A procura de uma proximidade com os grandes, a expectativa de colher benefícios através de uma relação eventual de clientela, também é uma expectativa que se manifesta entre os mais humildes — porventura maior entre os mais velhos e/ou mais desprotegidos, podendo coexistir com atitudes de rebeldia. Porém, tal expectativa choca-se com a fraca disponibilidade manifestada pelos principais proprietários, pelo menos na actualidade, em estabelecer tais relações.

Para aqueles que desde sempre a controlaram, ela permanece como fonte de poder. Mesmo com o declínio do seu papel económico e das suas actividades sociais e do seu papel de catapulta ou complemento de cargos políticos, como a Câmara, ou que proporcionasse influência desse tipo, continua a ser importante enquanto geradora de recursos em termos de poder simbó-

o conhecimento — o seu «realismo» — que os dominados têm das fronteiras colocadas à sua acção em «Espace social et pouvoir symbolique», in *Choses Dites*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1987, pp. 147-166. Ver também Anthony Giddens, *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984, pp. 110-144, com uma crítica pertinente à concepção teatral da vida social de Goffman. As alusões a palcos devem interpretar-se, neste artigo, num sentido metafórico.

⁶⁴ Sobre as lutas pelo posicionamento social como formas de luta de classes e construção de uma identidade social ver Pierre Bourdieu, «Espace social [...]» e «Espace social et genèse des classes», in *Actes de la Recherche en sciences sociales*, 52-53, Junho de 1984, pp. 13-15 (há uma tradução portuguesa deste último artigo em P. B., *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989). Sobre os afrontamentos locais diga-se que, embora a maioria da população da actual freguesia vote na esquerda, PS/PCP — com excepção das legislativas de 1988 —, o provedor e a Mesa da Misericórdia são identificados com o PSD e por vezes mesmo seus militantes (o CDS está virtualmente extinto localmente).

⁶⁵ Como se escreve no Evangelho de S. Mateus, relatando o encontro de Cristo com o jovem rico: «... Disse-lhe o jovem... Que me falta ainda? Jesus disse-lhe: Se queres ser perfeito, vai, vende o que tens e dá-o aos pobres e terás um tesouro no Céu... E Jesus disse a seus discípulos: Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no reino dos Céus. Digo-vos mais: É mais fácil passar um camelo pelo buraco de uma agulha, que entrar um rico no reino dos Céus.» Sobre a «partilha de representações», como algo indispensável à persistência das relações de dominação, ver M. Godelier, art. cit.

lico. Sublinha, no plano local, a sua superioridade social. Uma posição aliás bem visível no decorrer das festividades, onde os membros deste grupo se exibem em tempos e espaços privilegiados — destacando-se nitidamente os seus corpos, oferecidos à contemplação, da massa indiferenciada da população⁶⁶. Afirmar a sua qualidade de cristãos, por muitos questionada, quer pela ruptura com determinações da lei canónica — indissolubilidade do matrimónio católico, por exemplo —, quer por um comportamento empresarial que se afastou do comportamento ideal da dádiva⁶⁷. É uma peça significativa nas suas aspirações à superioridade no espaço social mais global, na medida em que é um referente da antiguidade, da ruralidade e da fidelidade aos valores ditos «tradicionalis», invocados como traços distintivos do seu grupo social⁶⁸.

A invocação da ancestralidade e da tradição conjuga-se, aliás, com o próprio carácter formal, fixo e repetitivo — mas que não exclui modificações ou invenções — da actividade ritual, quer se trate dos ritos presentes nas interacções quotidianas, quer de actos cerimoniais que, ao recordarem, através da sua representação, actos exemplares do passado, como a paixão e a morte de Cristo para redimir a humanidade, exaltam os valores *ideais* pelos quais se pensa que essa sociedade deveria ser regida⁶⁹.

⁶⁶ As suas figuras aparecem singularizadas tanto no espaço da igreja e da procissão, como por alguns dos membros dos seus grupos domésticos estarem à varanda da casa senhorial, que o cortejo necessariamente contorna. Este posicionamento espacial é reforçado pela própria postura do corpo, que se representa como seguro de si e do lugar que ocupa.

⁶⁷ O grupo doméstico do provedor actual continua a ser objecto de solicitações em termos de dádiva. Esta família, que é também a dos maiores empresários agrícolas da região, permanece sensível a este papel. Doou recentemente um terreno em que se construiu o quartel dos bombeiros. Confrontada, depois do 25 de Abril, com a procura de terrenos por parte da população para construir casa própria, doou algumas parcelas (não vendeu nada), que foram atribuídas a moradores através da igreja.

⁶⁸ É uma invocação típica de *élites* rurais, sobretudo as de origem ou pretensões aristocráticas. Todos estes elementos são mencionados pela principal proprietária local, numa entrevista a um semanário lisboeta, que não é identificado pelas razões gerais já evocadas.

⁶⁹ A extensão da noção de ritual à vida quotidiana e a sua relação com a reprodução, a esse nível, da vida social são principalmente um contributo de Erving Goffman — cf. art. cit. e também «L'ordre de l'interaction» (1982), in E. G., *Les Moments et les hommes* (ant. org. por Yves Winkin), Paris, Seuil/Minuit, 1988, pp. 186-230. A relação religião (e ritual) e ideais sociais foi analisada por Durkheim. Cf. *op. cit.*, em particular a conclusão. Da inúmeravel literatura sobre o ritual, contemplando os aspectos aqui focados, ver: Edmund Leach, «Ritual», in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Nova Iorque e Londres, The MacMillan Company & The Free Press, Collier-MacMillan Publ., 1972, 2.^a ed., vols. 13-14, pp. 520-526; Maurice Bloch, *From Blessing to Violence...*, Cambridge, CUP, 1986, em particular pp. 175-195; Paul Connerton, *How Societies Remember*, Cambridge, CUP, 1989, pp. 41-104.